

## ***Da necessidade e dos limites da exposição crítico-dialética do capital***

Bruno Höfig<sup>1</sup>

**RESUMO:** Porque concebe o valor de modo unilateralmente positivo (seja como algo sensível, seja como algo suprassensível), a Economia Política é incapaz de apresentar seu objeto de maneira consistente. No presente artigo, veremos que, em função da aparência necessária de naturalidade do capital, e da falsidade dessa aparência, o sistema da economia burguesa só pode ser apresentado de maneira racional se o for criticamente, ou seja, se sua apresentação conceitual for também a apresentação de seus pressupostos, e portanto também de sua negatividade. Como pretendemos mostrar, isso só pode ser realizado através da exposição dialética do capital – a qual, em função dos limites do próprio objeto apresentado, deve ser ela mesma capaz de reconhecer os seus limites.

**Área temática: 1.**

**Subárea: 1.1**

**Palavras-chave:** Crítica, método dialético, abstração, Marx.

“O trabalho, de que aqui se trata, é o da crítica das categorias econômicas ou, se você prefere [if you like], o sistema da economia burguesa apresentado criticamente. É simultaneamente a apresentação do sistema e, através da apresentação, a sua crítica.”

Karl Marx, *Carta a Lassale* (22/02/1858)

Se dividíssemos todo o corpo teórico da Economia Política em apenas dois campos, e se identificássemos em Ricardo e Böhm-Bawerk os dois maiores expoentes desses campos, então teríamos diante de nós duas abordagens ao problema do *valor* que, apesar de suas importantes e irredutíveis diferenças, partilham de uma determinação essencial comum. Se a primeira delas buscou fundamentar exclusivamente na *materialidade* do processo produtivo a categoria do valor, sem se indispor com as condições subjetivas que tornam possível a redução dos mais variegados produtos a uma forma universal de riqueza<sup>2</sup>; e se a segunda tentou fazê-lo atribuindo ao intelecto humano *em geral* a universalidade incrustada na categoria do valor – de modo que talvez possamos dizer, numa analogia à *Crítica da Razão Pura*, que a categoria do valor aparece para Böhm-Bawerk como um pressuposto da “experiência econômica”, sem a qual a vida material dos humanos assumiria a forma da pura fluidez que caracteriza o intercâmbio vital dos demais animais com a natureza (já que a produção humana teria um caráter predominantemente reativo, e a própria noção de trabalho perderia o sentido) –, sem contudo jamais se interrogar sobre as condições objetivas nas

---

1 Economista pela FEA/USP, mestre em História Econômica pela FFLCH/USP e professor da Facamp. E-mail: [bhofig@gmail.com](mailto:bhofig@gmail.com)

2 Esse caráter da teoria ricardiana do valor é evidenciado, acima de tudo, pela “quimera do padrão invariável de valor”, que tanto atormentou o grande economista inglês do século XIX. Quanto a isso, ver a quinta seção de Sraffa, P. Introdução, in: Ricardo, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

quais essa capacidade de abstração perde a forma da *pura potência* e adquire efetividade<sup>3</sup>; em suma: se as essas duas abordagens ao problema do valor aparecem, do ponto de vista do conteúdo, como perfeitamente antagônicas, elas no entanto se encontram numa verdadeira comunhão *formal*<sup>4</sup>, na medida em que ambas pretendem fundamentar unilateralmente em um desses dois momentos co-pertinentes – a estrutura de subjetividade e a estrutura de objetividade (a qual Ricardo confunde com a materialidade mesma) do mundo burguês – a forma *social* que, no modo de produção capitalista, ascende à condição de um universal: o valor.

Encontramos portanto na Economia Política aquela característica que Max Horkheimer julga distinguir o pensamento científico burguês enquanto tal: na medida em que, consciente ou inconscientemente, ela “assume toda [gesamte] a natureza humana e sobrehumana como *dada*” (2013: 12), pode-se dizer que “o dualismo do pensamento e do ser (...) lhe é natural” (Ibidem: 10). Note-se porém que, a nos fiarmos no autor frankfurtiano, caso queiramos compreender o fundamento dessa determinação fundamental da Economia Política<sup>5</sup>, não é imediatamente a seu fazer teórico que devemos nos voltar, mas antes ao modo de vida sobre o qual se apoia essa ciência. Pois a ilusão da validade geral das relações burguesas, e portanto também das categorias nas quais elas se exprimem; a “hipostasiação do Logos” (ibidem: 11) imanente ao modo de produção

---

3 Somente assim pode Böhm-Bawerk chamar de capitalista todo intercâmbio com a natureza na qual o indivíduo não se porta de modo meramente reativo, isto é, toda *atividade* produtiva, todo processo produtivo no qual se instalou uma mediação entre a necessidade que o motiva e sua satisfação. Nas palavras do grande economista austríaco: “a produção, que caminha por sábios caminhos indiretos, não é outra coisa senão aquilo que os estudiosos de Economia Política denominam produção **capitalística**, da mesma forma que a produção que vai diretamente, usando só as mãos, ao objetivo, é por eles chamada de produção sem capital. **Por sua vez, o capital outra coisa não é senão o conjunto dos produtos intermediários que surgem nas diversas etapas individuais que perfazem a via de surgimento indireta.**” (Böhm-Bawerk, 1986: 38. Os grifos em negrito são dos autores das citações; os em itálico, nossos.). Notemos de passagem que, embora Böhm-Bawerk não o reconheça, deve haver um primeiro momento nessa mediação, que consiste no autoreconhecimento do sujeito do processo produtivo, ou seja, algum modo de formalização do aprendizado proporcionado pela própria prática da produção direta, sem a qual é impossível a transformação do corpo mesmo em *instrumento* e, por conseguinte, a introdução do *plano* na atividade produtiva em geral. Afinal, sem tal mediação formal – a qual moldará os atos produtivos futuros – a própria introdução de intermediários materiais no ato produtivo seria impossível. (Não à toa, Marx, apresentando-se neste ponto como legítimo herdeiro do pensamento hegeliano, afirma encontrar-se no fenômeno da consciência, e não imediatamente no uso de instrumentos produtivos, a diferença fundamental entre a atividade de uma abelha que constrói uma colmeia e a de um arquiteto que constrói uma casa. Cf. K, I, 193; C, I, 1, 298.) Logo, se Böhm-Bawerk estivesse correto, então a primeira forma do capital seria, tanto lógica quanto cronologicamente, o *capital humano*. De qualquer maneira, aqui Böhm-Bawerk apenas incorre no pecado capital de toda a Economia Política: a incapacidade de distinguir racionalmente forma e conteúdo, incapacidade na qual repousa toda naturalização do modo de produção capitalista. Assim, a deficiência que ressaltamos em nada afeta a estrutura formal da teoria böhm-bawerkiana do valor; muito pelo contrário: ela apenas revela sua essência.

4 Na verdade, como mostra Backhaus (2002), essa comunhão formal de todas as teorias burguesas do valor acaba por fazê-las coincidir também em seu conteúdo. Pois todas elas, na própria medida em que só conseguem conceber o valor como algo unilateralmente positivo, acabam, em algum momento, e de maneira mais ou menos explícita, por representar o valor como uma espécie de grandeza físico-natural, de modo semelhante à representação da energia pela Física.

5 Na verdade, Horkheimer não restringe o problema à Economia Política: para ele, trata-se de um procedimento comum a todo teórico burguês, isto é, a todo teórico incapaz de reconhecer os limites, a *relatividade* do modo burguês de vida. No que se refere a nós, embora concordemos com o pensador frankfurtiano, preferimos restringir a questão ao campo da ciência econômica.

capitalista: tudo isso, longe de consistir num mero engodo teórico, parece natural a todo indivíduo que vive e age racionalmente (i.e., adaptando meios a fins) dentro de uma economia capitalista.

Segundo Horkheimer, “o mundo perceptível inteiro, do modo como ele existe *para o membro da sociedade burguesa* (...) vale [gilt] para seu sujeito como a quintessência [Inbegriff] da faticidade: ele está aí e deve ser aceito”(Ibidem: 12); assim, “é em regra um traço constituinte do indivíduo, que as determinações fundamentais de sua existência sejam por ele aceitas como *dadas*” (Ibidem: 20). Mas onde o *fato* parece se lhe apresentar nua e cruamente – ali mesmo, onde o indivíduo acredita estar diante da própria *coisa em si*: eis onde se deve reconhecer sua inalienável “condicionalidade social” (Ibidem: 21). Pois:

As pessoas não são um resultado da história apenas em seu modo de vestir e de se comportar; também o modo como elas vêem e ouvem não deve ser descolado do processo histórico vital, como este se desenvolveu por milênios. Os fatos, que os sentidos nos arranjam, são *pré-formados socialmente* em duplo sentido: por meio do caráter histórico do objeto percebido e do caráter histórico do órgão que o percebe. *Ambos são formados não apenas naturalmente, mas também através da atividade humana; o indivíduo porém se experimenta a si mesmo na percepção como receptivo e passivo.* (Ibidem: 13)

Essa espécie de condicionamento a que Horkheimer se refere já fora reconhecida por Georg Lukács, em *História e consciência de classe*. Ali, o filósofo húngaro escreveu que os fatos, “como *produto* do desenvolvimento históricos, são concebidos [begriffen] não apenas numa transformação contínua; eles são – **precisamente na estrutura de sua objetividade – produtos de uma determinada época histórica: o capitalismo**” (Lukács, 2013: 40). Assim, a faticidade que, ao indivíduo, aparece como uma evidência válida *a priori*, seria na verdade condicionada por um modo particular de organização da vida material humana, o qual contaria com uma “estrutura de objetividade” que lhe é imanente. Mas essa “estrutura de objetividade”, de que fala Lukács: do que exatamente se trata?

Para elucidar a questão, será necessário ter em mente a distinção estabelecida por Kant (na *Crítica da Razão Pura*) entre *objeto* e *coisa em si*. Evidentemente, um exame detalhado dessa distinção foge completamente ao escopo deste trabalho<sup>6</sup>; para nossos fins, entretanto, cabe deixar claro o seguinte: o termo *objeto*, que encontra sua origem no substantivo latino ‘objectum’ - oriundo do verbo “*obicere*” (“lançar ou pôr diante”, também no sentido de “pôr um obstáculo”), remete a um sujeito sem cuja unidade a própria experiência seria impossível. Na verdade, as conexões necessárias do mundo fenomenal dependem, para Kant, da unidade do *próprio sujeito* – e por isso seria necessário distinguir o *objeto* da *coisa em si* enquanto tal<sup>7</sup>. Assim, o termo objeto

6 Sobre isso, ver, por exemplo, Lebrun, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras, 1993, pp. 51-68.

7 “[Kant] showed that the subject of experience has to be a unity, that of the 'I think' which must potentially

refere-se, em Kant, à coisa apenas enquanto “filtrada”, ou melhor, enquanto *conformada* pela consciência humana – ao contrário da coisa em si, que é a coisa em sua *materialidade pura*, sem relação com o sujeito<sup>8</sup>. E como a consciência dá forma à materialidade que lhe é estranha? Segundo Kant, ela o faz através das categorias, esses “conceitos *puros* do Entendimento, que se aplicam de modo apriorístico” às coisas intuídas “*em geral*” (Kant, 2013), e consistem, portanto, num pressuposto universal de *toda* experiência.

Pois bem: quando afirmam que os fatos são pré-formados, que eles são um *produto*, e não meros *facta bruta*, Horkheimer e Lukács parecem ter em mente justamente essa distinção entre objeto e coisa em si. Contudo, quando dizem que os fatos são pré-formados *socialmente* (Horkheimer), e que “eles são – (...) **na estrutura de sua objetividade – produtos de uma determinada época histórica: o capitalismo**” (Lukács), eles dão a entender que o modo mesmo como a consciência conforma os *facta bruta* nada tem de eterno e imutável. Pelo contrário: a própria *formação da subjetividade* deveria ser concebida como um processo socialmente objetivo; pois se existe, como defende Lukács, uma *estrutura de objetividade* própria do capitalismo, i.e., uma estrutura formal socialmente determinada através da qual as coisas ascendem do estatuto de mera coisa em si, em sua materialidade crua, ao de um *objeto*, então somos forçados a reconhecer que a própria “subjetividade (...) [é] algo por sua vez mediatizado [ein Vermittelt]” (Reichelt, 2008: 41), ou melhor, que a sociabilidade constitutiva do modo de produção capitalista possui o poder de *formar*, de alguma maneira, a própria consciência individual, de engendrar, por seu próprio funcionamento, as *categorias* que, aos indivíduos, aparecem como o *pressuposto de toda experiência* – e portanto também de todo agir racional, o qual deve, pois, ser concebido como “um agir [Handeln] estruturalmente mediado” (Ibidem: 19).

E com isso somos levados a uma trilha já aberta por Marx, em cujos textos se lia, por exemplo, que “as categorias [econômicas] exprimem formas de ser-aí [Daseinformen], determinações da existência [Existenzbestimmungen]” (Marx, 1983: 40) – ou, como consta na *Miséria da Filosofia*, que elas *exprimem* “relações de produção” (Marx, 1972: 126). De fato, não é em sua existência imediata, ou melhor, não como coisa em si, mas apenas na medida em que é produto “de trabalhos privados autônomos e independentes entre si” (K, I, 57; C, I, 1, 171)<sup>9</sup> que

---

accompany all my representations; and the necessary connections (...) [of ] the phenomenal world must necessarily inhabit it, for they form its *indispensable* structure. (...) Thus the Kantian world of experience was distinguished from the ultimate reality. It took its shape partly from the subject, from the shape of our minds (...); but by the very fact that its shape was partly given by us, it could allow us to conclude nothing about the shape of things as they were in themselves. Such things there must be because we as finite subjects are affected, our intuition receives its content from outside of us; but the nature of this must ultimate reality is a closed book to us”(Taylor, 1977, pp. 30-1).

<sup>8</sup> Cf. Lebrun, op. cit., pp. 9-13.

<sup>9</sup> As citações de *O Capital* serão acompanhadas de uma dupla referência: a primeira, à edição em alemão, tal qual aparecem nos volumes 23, 24 e 25 de *Marx und Engels Werke*. Berlim: Dietz Verlag, 2008; a segunda, à edição em

uma coisa é, além de valor de uso, *valor* (K, I, 55; C, I, 1, 170) – forma sob a qual o produto do trabalho pode, mediante a relação de troca, penetrar o metabolismo social; forma, portanto, cuja generalidade depende da própria generalização desse tipo de relação. Pois “somente dentro de sua troca”, afirma Marx, “os produtos do trabalho recebem uma *objetividade-de-valor socialmente* igual, separada da sua objetividade de uso fisicamente diversa” (K, I, 87; C, I, 1, 199)<sup>10</sup>.

E no entanto, para o indivíduo considerado isoladamente, a coisa se apresenta como coisa de valor justamente na *forma do em-si*; pois se, para ele, a totalidade das relações sociais cuja forma geral é a troca *necessariamente* aparece como algo meramente exterior, i.e., como um *dado*, então a estrutura, as formas de objetividade constitutivas do modo de produção capitalista se lhe apresentam sempre como um *pressuposto*; por conseguinte a forma-valor, sob a qual a coisa assume validade (Geltung) social no modo de produção capitalista, parece-lhe advir unilateralmente da própria coisa em sua materialidade imediata, e a categoria do valor aparece como válida *a priori*, independentemente das relações sociais nas quais ela se fundamenta<sup>11</sup>. Assim, embora as formas de objetividade características do modo de produção capitalista “constitu[a]m (...) as categorias da economia burguesa” justamente por serem “formas *socialmente válidas* [gültige], portanto *objetivas para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias*” (K, I, 90; C, I, 1, 201), e embora, como afirma Reichelt, “as categorias da subjetividade mesmas sejam ainda um mediado [ein Vermitteltes]” - de modo que “aquilo que ao indivíduo aparece como um primeiro [ein Erstens]”, i.e., o objeto, “é, inclusive naqueles dados *sensíveis*, derivado e secundário” (Reichelt, 2008: 36); pois bem: apesar de tudo isso, ao indivíduo isolado, cuja sociabilidade é mediada pela relação de troca, a coisa se apresenta de modo completamente invertido: porque a própria totalidade das relações sociais por ele constituída é sentida como uma entidade independente, a “diferenciação entre sujeito e objetividade [se lhe apresenta sempre] na forma do em-si” (Ibidem: 25). Daí que a riqueza material, por um lado, pareça ser em si mesma coisa de valor; e que as categorias, por outro, pareçam ser válidas *a priori*, de modo que sua consciência, e portanto sua forma de subjetividade, aparece para o sujeito como algo *natural*<sup>12</sup>.

---

português publicada na coleção “Os Economistas”: São Paulo: Abril Cultural, 1983 (livro primeiro, volumes 1 e 2), 1984 (livro segundo) e 1985 (livro terceiro, volumes 1 e 2).

10 “Fora de sua relação com o outro – a relação na qual eles valem como o mesmo [gleichgelten] – nem linho nem casaco possuem **objetividade de valor** ou sua **objetividade** como mera gelatina de trabalho humano puro e simples [schlechthin]. Esta objetividade social eles possuem apenas como relação social.” (Marx apud Heinrich, 2009: 215 e 218) (O trecho citado encontra-se num manuscrito publicado pela MEGA no qual o próprio Marx comenta criticamente o primeiro capítulo de *O Capital*.) De fato, o valor é uma abstração irrefletidamente “*engendrada* [hervorgebracht] pelos próprios sujeitos na troca” generalizada – e somente nela! (Reichelt, op. cit.: 28)

11 Cf. K, I, 87; C, I, 1, 199.

12 “Consciência natural significa que na diferenciação de consciência e objeto [Gegenstand], de sujeito e objeto [Objekt], o objeto [Gegenstand] – embora seja um *constituído*, a saber, a objetividade [Gegenständlichkeit] de um movimento do pensamento – aparece para a consciência sempre como um em-si [Ansich], vem a seu encontro de

Mas o que é válido para o indivíduo isolado não vale necessariamente para os indivíduos considerados em conjunto. Certo: para o proprietário de mercadoria (seja ela a força de trabalho, um meio de produção, ou um bem de consumo acabado), a totalidade social aparece, efetivamente, sempre como um pressuposto de sua ação. Contudo, de uma perspectiva mais ampla, é mister reconhecer que *o próprio pressuposto é necessariamente resultado*, ou seja, que a totalidade das relações sociais capitalistas é *produto, resultado* da interação de indivíduos que no entanto, por seu isolamento – *insuperável no âmbito de uma economia cuja relação social predominante é a troca* –, necessariamente a *pressupõem*. Como observa Wolf: se “a sociedade capitalista é um **sistema, que se distingue pela auto-organização**” espontânea, isso não deveria impedir a teoria *crítica* de reconhecer que “são as próprias pessoas quem, das estruturas mais simples às mais complexas dessa sociedade, a **criam e configuram**” (2013: 1). Existe então, no modo de produção capitalista, um tipo peculiar de conexão entre *ato* e *estrutura*, que determina o caráter *aparentemente* intocável da rede de relações constitutivas deste modo de organização econômica, e cuja determinação fundamental é a seguinte: na medida em que se relacionam com a totalidade social como com um pressuposto, os indivíduos racionais devem a ela adequar suas ações (Heinrich, 2009: 207), num processo de *adaptação* que se exprime sobretudo no arcabouço categorial com o qual representam sua existência e seu agir; e, justamente porque se adequam a sua criatura, os indivíduos *reproduzem inconscientemente, através de seu agir imediatamente consciente, a própria totalidade das relações sociais capitalistas*. Eles “não o sabem, mas o fazem” (K, I, 88; C, I, 1, 200).<sup>13</sup>

E se é assim, então os dois campos da teoria do valor identificados acima, porque partem acriticamente de um dos dois polos constitutivos do modo de produção capitalista – absolutizando o ponto de partida, e portanto também o modo de produção<sup>14</sup> –, ou seja, porque *assumem unilateralmente como pressuposto aquilo que também é resultado*, representando como uma dualidade uma relação que é de co-pertencimento – justamente por isso, são ambos incapazes de oferecer uma representação plenamente racional de seu objeto: o modo de produção capitalista. Disso não se deve deduzir, porém, que a dualidade a que sucumbem os economistas seja uma simples quimera; pois a *oposição* entre formas de objetividade e subjetividade, ou melhor, entre

---

fora; ela [a consciência] o experimenta como independente de si”. Reichelt, op. cit., p. 25.

13 “Elas não o sabem, mas o fazem, na medida em que reduzem a coisa material à abstração **valor**. Esta é uma operação instintiva espontânea [natürwüchsige] e portanto inconsciente de seu cérebro, que brota [herauswächst] necessariamente do modo peculiar de sua produção material e das relações nas quais essa produção se empenha [versetzt].” (Marx, 2013) Reichelt, citando Adorno, fala dessa abstração como “um conceitual [ein Begriffliches], que preside a própria coisa” (Op. cit.: 28).

14 A contradição na qual se assenta o pensamento econômico é definida por Reichelt assim: “Os economistas devem pressupor o 'valor absoluto', sem poder desenvolvê-lo”, ou seja, eles “supõe[m] [unterstellt] um valor objetivo (...) que eles não podem fundamentar [begründen]” (op. cit: 14).

sujeito e objeto, é *real* – e, como vimos, é apenas porque ela existe que podemos dizer que há uma lei geral à qual se adequa a existência real-empírica do modo de produção capitalista. Para ser mais preciso: tal oposição *existe, mas não é absoluta*. De fato, a dualidade é a forma fenomenal *necessária* do modo particular de existência da unidade formada pelas estruturas de objetividade e subjetividade do modo de produção capitalista: uma unidade na qual os criadores, *pelo próprio modo como a criam*, são incapazes de reconhecer sua criatura.

Eis então que a dualidade realidade empírica/lei do valor, que marca toda a Economia Política, replica-se numa outra dualidade, que lhe serve de fundamento: a dualidade sujeito/objeto. Com efeito, se existe uma lei que se realiza, por assim dizer, por trás, ou melhor, *através* das variegadas ações individuais conscientes<sup>15</sup>, de modo que o que resulta dessas ações em sua conexão é um produto inconsciente dos indivíduos que interagem através da troca, é porque os indivíduos mesmos, em seu agir, não são plenamente conscientes de todas as mediações que determinam sua ação<sup>16</sup>: na medida em que a totalidade social por eles mesmos criada é o pressuposto inconsciente de sua ação, as categorias com as quais eles orientam esta mesma ação aparecem sempre como um *dado*, um pressuposto da ação racional *enquanto tal*. Por isso, este agir é a um só tempo consciente e inconsciente – um paradoxo, certamente; mas um “*paradoxo da [própria] realidade efetiva* [Paradoxon der Wirklichkeit]” (Marx, 2008b: 134), o qual, quando ignorado pelo teórico, leva-o fatalmente a cair em autocontradição<sup>17</sup>. Daí que uma apreensão conceitual racional do modo de produção capitalista só seja possível por uma teoria que simultaneamente reconheça e supere essa dualidade, ou melhor, por uma teoria que *desenvolva essa dualidade conceitualmente a partir* da unidade contraditória que constitui o próprio *fundamento* da lei do valor.

Mas neste ponto a coisa fica bastante complicada. Afinal, a constatação do caráter unilateral do dualismo que cinde irremediavelmente sujeito e objeto, e portanto também daquele que separa a lei do valor da realidade empírica (concebendo tal lei como algo cuja validade independe

---

15 “Em sua perplexidade, pensam os nossos possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a ação. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado. As leis da natureza das mercadorias atuam *no* instinto natural dos seus possuidores.” (K, I, 101; C, I, 1, 211)

16 “Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias multilateralmente [allseitig] expõem [darstellen] nela seus valores, mas, inversamente, parecem todas expor seus valores nela *porque* ela é dinheiro. *O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio.*” (K, I, 107; C, I, 1, 216).

17 Backhaus (2002) mostra, através do exame de algumas das mais importantes teorias econômicas do século passado, como a economia burguesa, por se recusar a reconhecer o caráter paradoxal do próprio mundo do capital, acaba por entrar sempre em contradição consigo mesma. De fato, na medida em que, no procedimento científico do economista político, “o material é apreendido exteriormente” (Horkheimer, op. cit.: 9), o problema das formas de objetividade nas quais a materialidade assume validade dentro da economia capitalista está excluído de antemão: as propriedades que advêm da rede de relações sociais aparecem-lhe como propriedades da própria coisa. A própria consciência se encontra então *coisificada*. Cf. Lukács, op. cit., capítulo V, primeira seção: “O fenômeno da coisificação”.

completamente do modo como a produção social é organizada), põe o teórico numa situação delicada: não podendo pressupor a validade apriorística, seja ela objetiva ou subjetiva, da forma-valor, ele se vê diante da necessidade de provar a organicidade, tanto das relações sociais, quanto do arcabouço categorial no qual tais relações se expressam. E, se essas relações e categorias formam um todo orgânico, então devemos nos perguntar: por onde começar? *Como, apesar do caráter necessariamente linear da exposição textual, apresentar conceitualmente um objeto não-linear?*

À resolução de tal problema servirá aquilo que ficou conhecido como *método da ascensão do abstrato ao concreto*: um método que não é propriamente histórico, mas sim “**lógico-sistemático**”<sup>18</sup>; pois pretende expor não o *movimento histórico do capital propriamente dito*, mas a auto-organização interna do capital enquanto sistema sócio-econômico histórico<sup>19</sup>, o que é feito mediante a reconstituição conceitual da rede de relações sociais – e, simultaneamente, das formas de objetividade que lhes correspondem – através das quais a lei do valor se impõe sobre a vida das mulheres e dos homens que, através de suas ações imediatamente conscientes, inconscientemente produzem e reproduzem o mundo burguês.

### **Ascensão do abstrato ao concreto**

Retomemos as conhecidas considerações marxianas sobre o método da Economia Política. Na *Introdução de 1857*, o Mouro escreve que:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, (...) *parece que o correto é começar pelo real [Real] e concreto, que é o pressuposto efetivo [wirkliche]*; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é o fundamento [Grundlage] e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação mais atenta, isso se mostra falso. *A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem.* (...) Assim, *se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo [Ganze], e através de uma determinação mais precisa chegaríamos analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado passaríamos a abstratos [Abstrakta] cada vez mais tênues até atingirmos as determinações mais simples. Deste ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até chegarmos finalmente de volta à população; desta vez, porém, não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade [Totalität] de muitas determinações e relações.* (...) *O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.*<sup>20</sup> Por isso o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto

18 Cf. Wolf, op. cit., p. 3.

19 “Seria, pois, impraticável e errôneo [falsch] colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. *Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade (...) mas sim de sua organização no interior da moderna sociedade burguesa.*” (Grundrisse, 41; Introdução, 22).

20 “Como se sabe, concreto vem de *concrescere*; *concrescere* = crescer junto [zusammenwachsen]” (Wolf, 2011: 3). A concretude de que fala Marx, portanto, não é a mera materialidade.



*de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro trajeto, a representação plena foi volatilizada em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no trajeto do pensamento. (...) o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto espiritual. (Grundrisse, 34-6).*

Eis então que, ao menos no que se refere à Economia Política, o método “cientificamente correto” – o método que nos permite “reproduzir no pensamento” aquilo que a experiência imediata nos deixa apreender apenas de modo “caótico” – deve distinguir três tipos de concreto: em primeiro lugar, o real-concreto (*das Real*), i.e., o empírico, ponto de partida de toda intuição e toda representação e, como tal, pressuposto efetivo de todo o pensar científico; em segundo, o concreto representado, o concreto reproduzido pela consciência *imediata* através de categorias que a análise mais atenta revela serem ainda meras abstrações (pois indeterminadas); e por fim, o concreto “como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida”, i.e., o concreto real-efetivo, *concebido* - um concreto que “[n]ão é mais individual, mas sim um todo, uma totalidade; que não mais expressa momentos isolados apreendidos pelos sentidos [Sinnlichkeit], mas sim a conexão concebida e concebível/conceituável [begrifflich].” (Sgro', 2009: 205)

Deve-se portanto reconhecer, por um lado, que a sociedade burguesa moderna “permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro”, e que “o método de se elevar do abstrato ao concreto é apenas a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto espiritual”; e por outro, que essa “apropriação do concreto” não pode se dar através do espelhamento imediato do concreto pela representação<sup>21</sup>, mas apenas como síntese, como resultado de uma reconstrução a partir das categorias mais simples e gerais, nas quais se exprime o *abstrato real* (Abstrakta) a que chegamos pela *análise* do real-concreto, i.e., a unidade que está *efetivamente* contida na diversidade do real<sup>22</sup>, e que deve ser distinguida da má abstração (Abstraktion) a que é conduzido o pensamento quando procura teorizar diretamente sobre essa diversidade imediata. O concreto a que assim somos levados “é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, resultado de um movimento do pensamento, de uma concepção da coisa através do trabalho do conceito – conceito que “expõe progressivamente, a partir das determinações mais simples e abstratas do conteúdo, suas determinações cada vez mais ricas, complexas e intensas, até o ponto de sua unidade, que não é uma unidade [estritamente – BH] formal, mas uma

21 Com efeito, a exposição racional da Economia burguesa resulta da “elaboração [Verarbeitung] da intuição e da representação em conceitos” (Marx, 1983: 36).

22 Esse abstrato real, não há dúvidas, é o valor, ou melhor, o valor como “valor-capital em processo [prozessierende]”, o qual consiste, nas palavras de Marx, na própria “abstração *in actu*” (K, II, 106-110). Notemos, de passagem, que o caráter *real* dessa abstração é tão forte que mesmo um teórico tão tributário de Kant quanto Simmel não pôde, em seu rigor lógico, deixar de reconhecê-lo. Cf. Reichelt, 2008, cap. 5; e Backhaus, op. cit., p. 117.

unidade sintética de múltiplas determinações.” (Müller, 2011)

Assim, o método proposto deve ser constituído por dois momentos distintos e complementares: no primeiro, a faculdade da abstração nos leva “do concreto representado” até “as determinações mais simples”; no segundo, faz-se a viagem de “modo inverso, até chegarmos finalmente” ao concreto, “desta vez, porém, não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. Nas palavras de Marx citadas acima: “no primeiro trajeto, a representação plena foi volatilizada em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no trajeto do pensamento”<sup>23</sup>. São trajetos distintos, pois enquanto no primeiro deles se trata de pesquisar o material, no segundo trata-se de expô-lo, apresentá-lo da maneira adequada; e complementares, porque a exposição adequada, único modo de reproduzir racionalmente o concreto, tem sempre a pesquisa como seu pressuposto. Como formularia Marx cerca de uma década e meia depois de escrever a *Introdução*:

*A pesquisa tem de captar detalhadamente o material, analisar as suas várias formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno [innres Band]. Só depois de concluído esse trabalho é que o movimento efetivo [wirkliche] pode ser adequadamente apresentado. Caso se consiga isso e a vida do material se reflita agora idealmente, então pode parecer que se trata de uma construção a priori (K, I, 27; C, I, 1, 140).*

“O modo de exposição [*Darstellungsweise*]” deve então ser distinguido “do modo de pesquisa [*Forschungsweise*]”, mas apenas “*formalmente*” (K, I, 27; C, I, 1, 140) – pois, como veremos à frente, o modo de exposição mesmo será *condicionado* pelo objeto analisado.

### A “falha básica” da Economia Política clássica

Marx negava à maior parte da teoria econômica o estatuto de *ciência*: por se recusar a investigar e se limitar a *espelhar* as representações que se apresentam no cotidiano do mundo burguês, por não “volatilizá-las” por meio da “faculdade de abstrair” - enfim, por simplesmente deixar de lado o problema da relação entre as formas imediatas do mundo burguês e a legalidade sobre a qual esse mundo repousa, aquilo que ele chamava de Economia vulgar abandona desde o início o método adequado àquilo que pode ser seriamente classificado como *raciocínio científico*. Em outras palavras: a Economia vulgar apenas reflete *imediatamente* as formas de aparecimento das relações sociais de produção, sem atentar para sua conexão interna, e é por isso que suas

23 “O concreto é ponto de partida como objeto não-concebido [unbegriffener] da intuição e da representação, para então se atingir, no curso da pesquisa como processo do desmembrar e do rastrear analíticos, todos os componentes pertencentes ao concreto (domínios e elementos). Daqui, com o conhecimento – obtido no curso do processo de pesquisa – de como eles [os componentes] se concatenam [zusammenhängen], retorna-se ao concreto, *que como não-concebido fora ponto de partida da intuição e da representação e agora é o ponto final do conceber que condensa os resultados da pesquisa.*” Wolf, Zur Methode..., p. 4.

apreensões teóricas da realidade capitalista são inevitavelmente autocontraditórias e insuficientes do ponto de vista científico.<sup>24</sup>

Como, contudo, dizer o mesmo da Economia clássica? Como dizer que ela não sabe que “as coisas frequentemente aparecem de modo invertido” se seu maior mérito foi justamente ter dissolvido essa aparência de autonomia dos diferentes elementos da riqueza social<sup>25</sup>, ter considerado “corretamente o valor e a relação do lucro, do salário, etc. como parte desse valor” (Marx, 2008a: 100)? Para compreender isso, será útil recorrer à importante passagem das *Theorien über den Mehrwert* cujo início acabamos de citar. Marx escreve ali que Ricardo<sup>26</sup>

abstrai com consciência da forma da concorrência, da aparência da concorrência, com o intuito de considerar a lei enquanto tal. Por um lado deve-se lhe censurar pelo fato de que ele não vai longe o suficiente na abstração, não está de todo na abstração – assim, por exemplo, quando ele considera o valor da mercadoria, mas já se deixa determinar pela consideração de todo tipo de relações concretas –; por outro lado, que ele considera então a forma de aparecimento imediatamente, diretamente como comprovação ou apresentação da lei geral, de modo algum a desenvolve. No que diz respeito ao primeiro [ponto] é sua abstração muito incompleta, no que diz respeito ao segundo é ela abstração formal, a qual é, em si e para si, falsa (Marx, 2008a: 100, nota).

Assim, se Ricardo de fato “abstrai da forma da concorrência”, ele “*não vai longe o suficiente nessa abstração*”. Consequentemente, apesar de chegar ao trabalho como substância do valor, ele é incapaz de ver que apenas em uma dada forma de sociedade o trabalho *põe valor*<sup>27</sup>, isto é, que apenas na sociedade em que se produz predominantemente para a troca o valor aparece como “forma imediatamente social” (K, I, 91; C, I, 1, 203) dos produtos do trabalho; apesar de chegar à mercadoria, ele ainda a compreende como *forma natural, modo natural de existência* do produto do trabalho – e o produto do trabalho, portanto, como algo que naturalmente porta valor. Embora se encontre muito à frente dos economistas vulgares e desfaça o absurdo da fórmula trinitária ao reduzir todos os tipos de rendimento à mesma substância, e apesar de ter analisado, “ainda que incompletamente, valor e grandeza de valor e o conteúdo oculto nessas formas”, a Economia clássica “nunca chegou a perguntar por que esse conteúdo assume aquela forma, por quê, portanto, o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza

24 Cf. o capítulo 48 do livro três de *O Capital*: “A fórmula trinitária”.

25 “O maior mérito da Economia clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e essa ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si, essa personificação das coisas e e coisificação [Versachlichung] das relações de produção, essa religião da vida cotidiana, à medida que reduz o juro a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de tal modo que ambos coincidem no mais-valor; já que apresenta [darstellt] o processo de circulação como mera metamorfose das formas e, por fim, no processo imediato de produção, reduz o valor e o mais-valor da mercadoria ao trabalho” (K, III, 838; C, III, 2, 280).

26 Cabe lembrar que Ricardo foi, para Marx, o último grande economista político. Quanto a isso, cf. a seção dos Grundrisse intitulada “Bastiat e Carey”.

27 “Ricardo (...) apreende a produção como imediatamente idêntica à autovalorização do capital” (Grundrisse, 324). Contra tal concepção, reveladora da unilateralidade dos economistas, Marx escreve que “O trabalho que põe [setzende] valor de troca é uma forma especificamente social de trabalho” (1971: 24).

do valor do produto de trabalho” (K, I, 94; C, I, 1, 205)<sup>28</sup>. Como escreveu Marx em um dos trechos mais conhecidos de *O Capital*:

É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, *a forma-valor, que justamente o torna valor de troca*. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma-valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria (K, I, 95; C, I, 1, 205-6).

Ou, como ele afirma nas *Theorien*:

Ricardo (...) não investiga de modo algum o valor segundo sua forma - *a forma determinada que o trabalho assume como substância do valor* - mas apenas as magnitudes de valores, as quantidades desse trabalho [que é] universalmente abstrato e social *graças a essa forma*, que produz a diferença nas quantidades de valor das mercadorias. (2008a: 163)

Assim, o trabalho de abstração da Economia clássica é incompleto porque, ao chegar à categoria mais geral da economia capitalista, ela se mostra incapaz de reconhecê-la como a expressão de uma *forma social* (e portanto *histórica*), uma forma determinada assumida pelo produto da atividade humana quando este se socializa através de uma relação (histórica) de troca<sup>29</sup>. Evidencia-se assim um defeito característico de toda a Economia Política: ela não consegue compreender as formas de sociabilidade *imanescentes* ao modo de produção capitalista *como formas sociais*, o que a condena a assumir *aprioristicamente* a validade das categorias que, na verdade, exprimem apenas as relações sociais específicas deste modo de organização da produção social. Assim,

mesmo seus melhores porta-vozes, como não poderia ser diferente do ponto de vista burguês, permanecem mais ou menos presos ao mundo da aparência [Schein] que sua crítica extingue; por isso, todos eles recaem, em maior ou menor grau, em formulações inconsequentes, semiverdades e contradições não-solucionadas (K, III, 838; C, III, 2, 280)<sup>30</sup>.

28 Justamente por não entender que “*as categorias exprimem formas de ser-aí, determinações da existência*” (Marx, 1983: 40), que Ricardo não consegue, por exemplo, lidar com o problema da taxa de lucro de dois capitais de mesma magnitude com rotação diferente; é por achar que o valor é posto pelo trabalho *enquanto tal* que ele não consegue passar do valor ao preço de produção – em que a remuneração de um capital é função de sua participação no processo de reprodução como um todo, e portanto já não é mais função de uma atividade isolada, mas também de sua relação com os demais capitais. Pois a compreensão do valor enquanto propriedade da própria coisa impede a percepção de que “na sociedade capitalista, esse mais-valor ou esse mais-produto se distribui – caso abstraímos das flutuações ocasionais da distribuição e consideremos sua lei reguladora, seus limites normativos – entre os capitalistas como dividendos em relação à cota do capital social que pertence a cada um”, e de que “nessa figura [Gestalt], o mais-valor aparece como lucro médio que recai no capital” (K, III, 828; C, III, 2, 273).

29 “A razão disso [i.e., dessa incapacidade]”, não custa lembrar, “não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente sua atenção. É mais profunda. A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se no entanto for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc.” (K, I, 93; C, I, 1, 205-6, nota).

30 “As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto [Objekt] – a natureza – são os mesmos. *Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos*

“Como”, porém, “esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (K, I, 56; C, I, 1, 171), Marx se vê obrigado, antes de iniciar o trabalho de apresentação do material pesquisado, ou seja, antes de iniciar o segundo momento do “método cientificamente correto” – tarefa da qual Marx se ocupará na maior parte de *O Capital* –, a dedicar as duas primeiras seções do capítulo I de sua principal obra à conclusão crítica do trabalho de *análise* que a Economia clássica deixara incompleto<sup>31</sup>, e mostrar que a mercadoria não é valor de uso e valor de troca, mas valor de uso e valor – e que “o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso” (K, I, 56; C, I, 1, 171).

Mas voltemos ao trecho das *Theorien* que abriu a presente seção. Ali, não é apenas por não completar o trabalho de análise que Ricardo é criticado: Marx também o censura por considerar “a forma de aparecimento imediatamente, diretamente como comprovação ou apresentação da lei geral”, ou seja, por não “desenvolver” essa “forma de aparecimento” a partir daquela “lei”. Como se lê em outro trecho das *Theorien*:

[E]m Ricardo, a unilateralidade vem dele querer em geral demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas não contradizem a lei do valor, em vez de, ao contrário, *desenvolvê-las* junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo. (2008a: 146)

Ricardo erra então ao aceitar as “diversas categorias ou relações econômicas” tais como elas se apresentam na empiria como aptas à constituição científica do objeto, ou seja, ao pressupô-las como dadas, ao invés de *desenvolvê-las* a partir de seu fundamento social: a lei do valor. Afinal, como afirma Reichelt (2008: 426):

As categorias não devem ser apreendidas de modo exterior e absolutizadas como naturais; trata-se pelo contrário de desenvolvê-las geneticamente, como formas historicamente devidas, as quais, enquanto socialmente condicionadas, podem também novamente desaparecer com a sociedade da qual nasceram.

Ora, se, como afirma o mesmo autor (1971: 127), “*um método que apreende as categorias de modo exterior [äußerlich] deve necessariamente conduzir a um modo falso de exposição [falschen Darstellungsart] do processo total*”, então Ricardo deve inevitavelmente complementar a

---

*economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no tempo*” (Marx, 1983: 21-2. Por isso, mesmo Ricardo “toma (...) conscientemente a oposição dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, como ponto de partida de suas pesquisas, em que ele considera essa oposição ingenuamente como lei natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia havia, porém, chegado aos seus limites intransponíveis” (K, I, 20; C, I, 1, 135). O limite absoluto da Economia burguesa encontra-se então no reconhecimento do antagonismo como lei natural. É justamente essa limitação o que impede Ricardo de reconhecer o valor enquanto forma social que assume necessariamente o produto do trabalho quando este não se socializa diretamente *enquanto valor de uso*, mas apenas através da troca – isto é, como coisa de valor.

31 “Nossa investigação começa (...) com a *análise* da mercadoria” (K, I, 49; C, I, 1, 165). Sobre isso, cf. Rubin, 2008, capítulo 8 (p. 73 e *passim*).

insuficiência de sua análise com uma exposição também equivocada do material analisado, uma apresentação que ignore completamente o fato de que as “categorias e relações econômicas” mais concretas só adquirem sua validade científica quando são *desenvolvidas* conceitualmente, e não apanhadas diretamente da empiria.

### A exposição [Darstellung] dialética

Vimos acima que o “modo de apresentação” pode ser distinguido do “modo de pesquisa” apenas “*formalmente*”. Tudo leva a crer então que as duas falhas metodológicas de Ricardo – a insuficiência de seu trabalho de abstração (análise) e o não-desenvolvimento das categorias *a partir* de seu “fundamento contraditório” (síntese) – estão intimamente relacionados, com o que se poderia afirmar que a apresentação equivocada das categorias por parte de Ricardo decorre necessariamente do fato de que ele não as compreende como a expressão das relações de produção capitalista, ou seja, como formas *autonomizadas do valor* (Reichelt, 1971: 128). Com efeito, ele não consegue apreender a mercadoria como forma historicamente determinada do produto do trabalho, ou o valor como a forma sob a qual tal trabalho necessariamente se socializa num modo de produção em que seu produto não é socializado imediatamente enquanto coisa útil<sup>32</sup>: consequentemente, mostra-se absolutamente incapaz de perceber a reprodução da sociedade produtora de mercadorias *como problema*.

A *Crítica da Economia Política*, pelo contrário, sabe que as categorias são as “forma[s] estranhada[s] [entfremdet] de aparecimento das relações econômicas” (K, III, 825; C, III, 2, 271) de uma sociedade historicamente determinada. Consegue, assim, livrar-se da assunção da validade *a priori* dessas categorias, o que lhe permite admitir que a reprodução material da sociedade em que tais categorias adquirem validade nada tem de natural ou trivial. Daí que o movimento lógico-conceitual empreendido por Marx possa partir da constatação (analítica) de que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista” – um modo de produção que efetivamente existe e, portanto, *se reproduz* – tem a mercadoria individual “como sua forma elementar” (K, I, 49; C, I, 1, 165) e mostrar, a partir daí, *como é possível que isso ocorra* <sup>33</sup>– para o que terá que *derivar* as relações sociais, e concomitantemente as formas de objetividade necessárias à reprodução de uma economia assim organizada. Marx pode pois censurar a Economia Política por

---

32 “Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se [betätigt] apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que as coisas úteis sejam produzidas para a troca, para que o caráter de valor da coisa já seja tomado autonomamente em consideração na produção.” (K, I, 87; C, I, 1, 199)

33 “Marx coloca (...) a questão mais fundamental: de que modo é estabelecida uma concatenação social coerente numa sociedade de produtores *privados*?” (Heinrich, op. cit.: 208)

pressupor aquilo que deveria desenvolver<sup>34</sup>: as formas sociais sem as quais a reprodução do modo de produção capitalista seria impossível.

Caberá então à Crítica da Economia Política problematizar pela primeira vez a reprodução material de uma sociedade em que “the private labor of separate individuals does not acquire the character of social labor in the concrete form in which it was expended in the process of production, but through exchange which represents an abstraction from the concrete properties of individual things and individual forms of labor” (Rubin, 2008: 70), isto é, uma sociedade cuja reprodução material – a produção e a distribuição dos *valores de uso* de que necessita – se fundamenta na *lei do valor*<sup>35</sup>, e que por conseguinte deverá saciar suas necessidades materiais *apesar* de nela não se produzir para o consumo imediato, mas sim para a troca. Ora, para que uma tal sociedade possa se reproduzir, a contradição contida na mercadoria terá que ser ao mesmo tempo superada e conservada: superada, pois numa economia capitalista o valor de uso só se realiza quando se realiza o valor, e vice-versa; conservada, porque uma sociedade em que tal contradição seja abolida não será uma sociedade capitalista. Assim, o *desenvolvimento* de que falava Marx consiste numa *apresentação* cujo conteúdo é a derivação das formas sociais através das quais a lei do valor pode se realizar<sup>36</sup>, isto é, das relações sociais específicas através das quais a oposição entre valor de uso e valor poderá *se mover*: resolver-se e desdobrar-se. Trata-se então de um modo de exposição cujo motor é a contradição: um modo de exposição *dialético*<sup>37</sup>. Como escreve Wolf (2011a):

*O caráter dialético da exposição desvela-se então fundamental e completamente apenas se é mostrado de modo firme e substancial [inhaltlich verbindlich], para os processos econômico-sociais expostos/apresentados e a cada nível de abstração, de que modo é neles tanto posta quanto resolvida a contradição das mercadorias entre o valor de uso e o valor, entre o caráter material e o caráter social do trabalho. Da forma-valor simples na relação de duas mercadorias entre si, passando pela circulação de mercadoria caracterizada pela relação [Beziehung] entre a mercadoria precificada [preisbestimmte] e o dinheiro, até todas as formas que o capital assume através de seus diferentes circuitos em seu 'processo vital' determinado, trata-se de formas do valor que consistem em formas de movimento nas quais a contradição entre o valor de uso e o valor da mercadoria não apenas é resolvida, mas ao mesmo tempo se conserva. Com base no [caráter – BH] social-geral do trabalho que se exprime no valor e no seu lado material dado com*

34 Na crítica a Bastiat, Marx escreve: “ele pressupõe aquilo que deveria demonstrar” (1983: 649). Também nos Grundrisse, lê-se que a “livre concorrência (...) *jamais foi desenvolvida* pelos economistas, por mais que estes tagarelem sobre ela e por mais que ela seja a base de toda a produção burguesa, produção que repousa sobre o capital.” (idem: 327).

35 Como escreveu Backhaus (2011): “O próprio sentido da crítica das categorias econômicas consiste em revelar as condições econômicas que tornam a existência da forma-valor necessária.”

36 “A exposição marxiana das categorias contém portanto (...) a derivação [Ableitung] daquelas formas, através das quais a lei do valor pode, em geral, se realizar.” Justamente por isso, é impossível definir sinteticamente a lei do valor e seu modo de efetivação; pois “a definição da lei do valor e a exposição de seu modo de operação não pode, portanto, para Marx, ser algo diferente do desenvolvimento das categorias mesmas, que por seu lado deve reabrir o acesso à análise do ‘movimento real-efetivo da concorrência’, cuja exposição porém se encontra fora dos ‘planos’ de Marx.” (Reichelt, 1971: 178 e 173-4, respectivamente). A apresentação dialética das categorias seria então a única maneira de fugir da aparência da concorrência que, como vimos, aprisiona toda a Economia Política; seria também, portanto, o modo de mostrar que o valor não pode ter outra fonte que não o trabalho.

37 Hegel, como se sabe, dizia que a contradição era a fonte de toda a dialética.

o valor de uso, pode-se dizer sobre o significado da contradição entre o valor de uso e o valor da mercadoria o mesmo que sobre o duplo caráter do trabalho primeiramente descoberto por Marx. Ela é o 'ponto de partida' [Springpunkt] da Crítica à Economia Política'.

O movimento de exposição se fundamenta então no fato de que, numa sociedade de produtores privados, o trabalho não é diretamente social em função de seu caráter *útil*, e portanto o produto não é diretamente social *enquanto valor de uso*; e a exposição mesma *será dialética* porque realizará o processo conceitual de desenvolvimento das contradições do valor a partir dessa contradição fundamental<sup>38</sup>. Assim, “a mercadoria é uma contradição imediata”, e “essa contradição precisa se desenvolver” (Marx, 2013) - desenvolvimento que, como se sabe, levará em sua primeira etapa à gênese lógica da forma-dinheiro, que “produz uma *duplicação* da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma oposição externa, na qual ela [a mercadoria - BH] *apresenta* sua oposição imanente entre valor de uso e valor” (K, I, 119; C, I, 1, 228). A forma-dinheiro, contudo, “*não supera [aufhebt] essas contradições*”, mas apenas “*gera a forma dentro da qual elas podem mover-se*” (K, I, 118; C, I, 1, 227); e isso significa que, com o dinheiro (não em sua figura empírica imediata, mas enquanto forma-valor: enquanto *concebido*), tem-se uma forma em que a oposição constitutiva da mercadoria pode ser ao mesmo tempo *resolvida e desdobrada*, mas não *abolida*.

Se não abole a contradição, o dinheiro todavia a repõe num nível mais concreto, isto é, num nível da exposição que reúne em si mais *determinações* do que aquele do qual o movimento partira. E se é assim, então o movimento dialético de exposição tem um sentido exato: parte da forma “mais geral e abstrata” em direção às “mais complexas e concretas”. O movimento que efetua a resolução e a reposição da contradição dialética entre valor de uso e valor na mercadoria delineia então, na Crítica da Economia Política, o trajeto que constitui o segundo momento do método “cientificamente correto”: aquele que “se eleva do abstrato ao concreto”, que constitui “*a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto espiritual*”. Assim, a exposição categorial deve “reconstituir a articulação entre os vários aspectos deste conceito como um desdobramento de etapas ou momentos – as ‘determinidades formais

38 “Dialética significa *n’O Capital* primeiramente e, também, predominantemente, o ‘método/modo de exposição’ crítica das categorias da economia política, o método de ‘desenvolvimento do conceito de capital’ a partir do valor, presente na mercadoria, *enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o “germe” das categorias mais complexas*. O conceito fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de ‘exposição’, ‘método de exposição’, que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico (...) A dialética enquanto método caracteriza um procedimento que pretende expor construtivamente o “desenvolvimento conceitual do capital” (Grundrisse, 405) (...) *a partir de sua ‘forma elementar’* (K, I, 49), a mercadoria (*enquanto objeto imediato da circulação e forma econômica dos produtos do trabalho humano*), e das determinações progressivas das formas de manifestação do valor, presente na mercadoria: forma-valor simples, forma-valor total, forma-valor universal, dinheiro em suas determinações fundamentais. *Ela reproduz, assim, idealmente, o movimento sistemático (lógico) através do qual o capital se constitui naquilo que é, autovalorização do valor.*” Müller, op. cit.



econômicas’ –, desdobramento através do qual a definição de ‘capital’ se enriquece progressivamente até alcançar seu conteúdo mais complexo, mais ‘concreto’, num movimento que tem como finalidade apreender a relação entre o ‘nexo interno’ do objeto e suas formas externas de manifestação como uma dedução de categorias” (Grespan, 1998: 40).

Um tal desenvolvimento expositivo, é evidente, pode ser encerrado apenas quando se chega novamente às formas mais concretas da superfície da economia burguesa, quando se as apreende como momento do desenvolvimento do capital, *modo de realização da lei do valor* – quando, finalmente, se realiza completamente a reconstrução conceitual da “sociedade burguesa organizada através da relação-capital desenvolvida” (Wolf, 2011a: 4), de modo que tal sociedade não mais se apresente como a “representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”. Não à toa, no último tomo de *O Capital* trata-se:

de encontrar e expor as formas concretas que surgem [*hervorwachsen*] do **processo de movimento do capital, considerado como um todo**. Em seu movimento efetivo [*wirklich*], os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparecem como momento particular [*besondere*]. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas aparecem [*auftreten*] na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção. (K, III, 33; C, III, 1, 23)

### **Por um capital efetivamente historicizado**

Vimos que a exposição conceitual empreendida por Marx compreende, a um só tempo, a gênese da consciência burguesa *a partir da totalidade das relações sociais burguesas*, e a gênese desta totalidade a partir daquela forma de consciência. Ainda mais: vimos que a aceitação acrítica da dualidade sujeito/objeto se replica, na consciência burguesa, numa *absolutização* da lei do valor. A superação teórico-conceitual dessa dualidade nos revelou a efetividade, a necessidade da oposição *real*, ali onde a forma mais geral da sociabilidade é dada pela relação de troca, e onde portanto a totalidade das relações sociais e de suas formas características de consciência aparece ao sujeito como algo que lhe é exterior. Justamente porque os dois pólos (sujeito/objeto) se encontram efetivamente cindidos na realidade fenomênica, aquelas relações aparecem para o sujeito como um dado, algo exterior a sua existência, e não um produto de seu agir; e, pela mesma razão, na medida em que seu agir necessariamente pressupõe tais relações, o sujeito, ali mesmo onde parece agir exclusivamente de modo voluntário e consciente (na relação de compra e venda, que não se realiza sem um ato de vontade), está com efeito sujeito, restrito às normas de racionalidade que lhe são impostas por tais relações, as quais determinam as próprias categorias com as quais o sujeito representa e orienta seu agir. Por isso, nas sociedade em que domina o modo de produção

capitalista, o sujeito age a um só tempo consciente e inconscientemente. E se é assim, então deve ter ficado evidente que, nas sociedades onde vigora esse modo de produção, a realidade empírica, a vida diária mesma, será regida pela lei do valor, *embora isso não fique imediatamente evidente*.<sup>39</sup> Pois o périplo conceitual empreendido pela Crítica da Economia Política, na mesma medida em que suprime conceitualmente a dualidade sujeito/objeto – evidenciando, com isso, a falsidade do caráter absoluto do capital –, assevera também sua efetividade, isto é, a realidade efetiva dessa dualidade no dia-a-dia do mundo burguês, e portanto também a verdade de que *o capital, embora absoluto não seja, como o Absoluto aparece*.

Notemos ainda que, ao pressupor a validade absoluta da dualidade característica do modo de produção capitalista, a Economia Política pressupõe também a unidade contraditória que a fundamenta, assumindo-a como natural. Justamente por isso, a unidade problemática entre valor de uso e valor não é por ela percebida como um problema, e o economista se vê de antemão desobrigado de cumprir aquilo que, para Marx, constituía precisamente a tarefa de uma teoria do valor: “*desenvolver como a lei do valor se impõe*”<sup>40</sup>. Assim, a forma social geral do modo de produção capitalista (o valor) é assumida pelo economista sempre como um pressuposto, o que o autoriza a representar a relação entre o valor e as demais formas sociais sem as quais ele não pode se impor como forma social geral – e portanto, também entre a relação de troca simples e as demais relações constitutivas do modo de produção capitalista<sup>41</sup> – na *forma da exterioridade*, i.e., a representar a *conexão interna* entre o valor e suas formas mais concretas como uma *conexão exterior* – algo evidenciado, por exemplo, por *todas* as teorias burguesas do dinheiro<sup>42</sup>.

Ora, aquele que pressupõe a dualidade característica da economia burguesa pressupõe também a lei fundamental sob a qual ela opera, e com isso aceita a reboque uma outra dualidade: aquela que opõe de maneira absoluta a lei do valor e a existência real-empírica do capitalismo. Afinal, quem assume aprioristicamente a validade de uma lei jamais se pergunta *sob que condições reais ela é válida*; não à toa, o economista não se constrange ao afirmar a necessidade absoluta do que ocorre

---

39 “As pessoas renovam mediante seu próprio trabalho uma realidade que crescentemente [in steigendem Maß] as escraviza.” (Horkheimer, op. cit: 25)

40 Marx, carta a Kugelman de 11 de julho de 1868. Disponível em: [http://kulturkritik.net/systematik/philosophie/mew/pop\\_mew.php?bd=32&pg=552](http://kulturkritik.net/systematik/philosophie/mew/pop_mew.php?bd=32&pg=552) (05/05/2013)

41 Cf. K, III, 620.

42 Quanto a isso, cf. Paulani, *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*. São Paulo: tese de doutorado, FEA-USP, 1992. Note-se que essa limitação fundamental não implica que a Economia Política seja incapaz de pensar de maneira razoavelmente adequada certos aspectos, certas esferas particulares do mundo do capital. Afinal, também a teoria que aceita acriticamente a totalidade social está de acordo com uma determinação dessa totalidade. Daí que ela não seja simplesmente errada: em sua unilateralidade, ela é capaz de representar adequadamente aspectos limitados da sociedade, i.e., momentos dessa sociedade em que a totalidade mesma, enquanto tal, não está em jogo. Por outro lado, não problematizando a totalidade, ela é incapaz de apreender racionalmente seu devir; é também, por conseguinte, incapaz de compreender os limites de suas teorizações parciais.

na história do capitalismo, sem sequer indagar quais são os limites dentro dos quais as relações constitutivas do modo de produção capitalista podem se mover – ou, numa atitude simétrica (adotada, por exemplo, pelos teóricos da financeirização), ao atribuir todas as transformações históricas do modo de produção capitalistas a fenômenos mais ou menos casuais, e a fantasiar livremente sobre seu *dever-ser* antes mesmo de se deter sobre aquilo que ele *é*. Assim, no que se refere à Economia Política, “fatalismo e voluntarismo são, para um modo de consideração a-histórico, a-dialético, apenas opostos que se excluem mutuamente” (Lukács, op. cit.: 37) – enquanto, para o modo de consideração que é sua *negação determinada*, fatalismo e voluntarismo, revelando-se um como a negação *abstrata* do outro, aparecem sempre como o que são: posturas co-pertinentes.

Percebe-se dessa maneira que, em função da aparência necessária de naturalidade do capital, e da falsidade dessa aparência, o sistema da economia burguesa só pode ser apresentado de modo racional se o for criticamente, ou seja, se sua exposição conceitual for também a exposição de seus pressupostos, a revelação da unilateralidade de suas determinações, e portanto também a demonstração de seus *limites* – em suma, a explicitação das condições dentro das quais a economia continua a operar de acordo com a lei do valor. *Uma vez que o objeto mesmo não é absoluto, mas aparenta sê-lo, ele só pode ser apresentado racionalmente de modo crítico*. Eis então que a Crítica da Economia Política possui, simultaneamente, um caráter positivo e negativo: sua precisão científica repousa no reconhecimento da negatividade essencial do capital – reconhecimento que, por seu turno, constitui o primeiro passo para a superação *efetiva* do mundo encantado do capital.

De qualquer modo, deve-se ter em mente que a mera superação *conceitual* da dualidade sujeito/objeto não promove a reconciliação entre os dois polos, já que, com ela, não chegamos uma espécie de identidade, mas apenas ao reconhecimento da violência contida em toda *identificação forçada* do sujeito a uma objetividade social que ele criou, mas não consegue controlar<sup>43</sup>. É porque o fetiche não constitui uma mera loucura individual, porque ele possui *efetividade* nas sociedades produtoras de mercadorias – em suma: justamente porque, na superação teórica da dualidade sujeito/objeto, constatamos que um dos polos dessa relação reiteradamente, e de modo inconsciente, se adequa ao outro, *conformando-se e deixando-se deformar* – é isso o que nos autoriza a dizer que a realidade empírica funciona de acordo com a lei do valor, que ela tende a se reproduzir de acordo com aquela lei. *A lei do valor estará em vigor enquanto os indivíduos se conformarem a ela, e os indivíduos se conformarão a ela enquanto ela estiver em vigor*: ao evidenciar a verdade dessa proposição, a Crítica da Economia Política não faz senão convidar-nos a quebrar o encanto<sup>44</sup>.

---

43 Em *Zur Kritik...*, Marx fala da “equação objetiva entre os trabalhos desiguais que o processo social executa à força [gewaltsam]”. Op. cit., p. 45.

44 Isto é, a romper *praticamente* com este “mundo encantado, invertido [Umgekehrt] e posto de cabeça para baixo,

## Os limites da exposição dialética

Dissemos na última seção que o desenvolvimento lógico-sistemático das formas sociais constitutivas do modo de produção capitalista deveria revelar os pressupostos da lei sob a qual este opera. O leitor já terá notado, porém, que tal asserção recebeu então um caráter arbitrário, já que ali ela não foi *provada*. Na medida em que este ponto (como veremos à frente) é crucial para nossa pesquisa, a ele nos dedicaremos nesta seção.

Já vimos que, uma vez recompostas a dignidade do objeto e a da pesquisa que deve “rastrear seu nexo interno”, deve-se admitir que a dialética não possui o estatuto de um método válido em si e por si: a exposição só poderá assumir tal forma se assim o exigir o material resultante da pesquisa. Ora, se a forma da exposição é determinada por seu objeto, então os pressupostos sobre os quais este se apoia, *caso existam*, devem aparecer como limites ao próprio desenvolvimento do conceito; afinal, no(s) ponto(s) onde o valor deve se apoiar em algo que lhe é exterior, a sua exposição não mais poderá prosseguir de modo estritamente *dedutivo*. Mas tais pontos existem?

A julgarmos pelas palavras de Marx, a resposta a essa questão é inequívoca. É ele mesmo, afinal, quem afirma que “a *forma dialética de exposição é correta apenas quando conhece seus limites*” (2013a). De fato, a exposição lógico-sistemática do valor só é plausível em função da existência de uma organização econômica particular, na qual o trabalho “põe valor” - algo que, como vimos, nada tem de *natural*; assim, a exposição conceitual propriamente dita *pressupõe*

o diagnóstico histórico de uma sociedade cujas relações sociais de produção estão dominadas por um universal que se auto-adjudica uma subjetividade pseudo-concreta às expensas da atividade concreta dos indivíduos reais: o capital enquanto valor que se autovaloriza, princípio determinante da reprodução material de uma sociedade que repõe todas as suas condições históricas e lógicas como momentos internos da sua reprodução. (Müller, op. cit.)

Ora, tais condições só são encontradas ali onde se generaliza a separação entre o produtor direto e as condições objetivas de realização de sua atividade, “separação (...) [que] consolida a dissolução dos laços orgânicos do indivíduo trabalhador com a comunidade na qual ele se inseria como proprietário e instaura a sua individualidade nua, despojada da propriedade” (Marx, 1983: 375) - que autonomiza a função social diante do indivíduo que a cumpre, estabelecendo, *no real mesmo*, “o primado do universal na dialética do universal e do particular” (Adorno, 2009: 264). A dupla constituição histórica do indivíduo burguês – livre da apropriação alheia e livre da propriedade –, ou seja, a emergência histórica do trabalhador assalariado, constitui então o

---

onde Monsieur le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias [ihren Spuk trieben] como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, imediatamente como meras coisas [Dinge].” (K, III, 838; C, III, 2, 280)

*pressuposto histórico* e sistemático da autonomização dos meios de produção sob a forma do capital, autonomização cuja contrapartida é a redução progressiva do trabalho vivo e concreto a trabalho abstrato, “isto é, a trabalho considerado apenas enquanto dispêndio de uma atividade, medida quantitativamente pelo tempo cronológico, e que se tomou indiferente ao seu sujeito.”<sup>45</sup> Daí que a Crítica da Economia Política – para a qual, como veremos, o reconhecimento do caráter crucial da exposição dialética do valor, i.e., do desenvolvimento lógico das relações constitutivas do modo de produção capitalista em sua *unidade interna*, não implica a redução do devir histórico do modo de produção capitalista a uma espécie de fenomenologia – reconheça que o próprio

45 “Esta redução já está logicamente pré-definida na constituição do trabalho assalariado.” Müller, op. cit. Aproveitemos esta nota para tratar com algum detalhamento do problema da adequação da exposição dialética ao modo de produção capitalista. Na sociedade burguesa, como vimos, *as relações sociais se autonomizam frente aos indivíduos, ao mesmo tempo que, para a realização dessas mesmas relações, é indiferente o indivíduo ao qual determinada função recairá*. (Diferentemente do que ocorre, por exemplo, na relação de um rei absoluto com sua função, caso em que o corpo de determinado indivíduo é ele mesmo o material, a *encarnação* da legitimidade. Cf. Rancière, J. *Os Nomes da História: Um Ensaio de Poética do Saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994 e Rancière, J. *As Palavras da História*. In: *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.) O indivíduo pode ser então considerado apenas como uma instância de efetivação, como *suporte* das relações sociais autonomizadas. Como escreve Marx no prefácio à primeira edição de *O Capital*: “aqui só se trata de pessoas à medida que [soweit] são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por *relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas*” (K, I, 16; C, I, 1, 131-2). Assim, Marx encontra, em *O Capital*, “o substrato material do sujeito unitário [einheitlich] da filosofia burguesa da história”, já que ali ele decifra a própria individualidade desencadeada do sujeito burguês como uma forma social, o que lhe permite mostrar também os *limites* dessa forma de subjetividade. “Que os indivíduos na modernidade [Neuzeit] sejam livres apenas no 'pensamento', na 'representação', enquanto na realidade efetiva sejam menos livres do que no mundo pré-burguês, porque estão mais subsumidos ao poder [Gewalt] das coisas [sachliche], dizem Marx e Engels já na Ideologia Alemã. Nos Grundrisse porém ele mostra como essa representação da liberdade vem à existência conjuntamente à crescente falta de liberdade [Unfreiheit], como o capital existente produz essa forma de liberdade mesma, através da qual ele realiza [realisiert] sua legiformidade [Gesetzmäßigkeit] imanente. 'Não os indivíduos, mas sim o capital é liberado [frei gesetzt] na livre concorrência (...) Esse tipo de liberdade individual é portanto a mais completa suspensão [Aufhebung] de toda liberdade individual e a mais completa subjugação da individualidade, sob condições sociais que assumem a forma de poderes das coisas [sachliche] [Grundrisse, 554, nota]. *O indivíduo é livre, por conseguinte, apenas sob a forma do personagem [Charaktermaske], cuja ação já está pré-formada de antemão, [ou seja,] cada ação já é um ação geral [allgemeines Handeln], ainda que um geral na forma da unicidade [Einzelheit]*.” (Reichelt, 1971: 80-1). Assim, se a Crítica da Economia Política lida exclusivamente com personagens [Charaktermaske], ou melhor, com *papéis sociais, funções autonomizadas*, isso ocorre somente porque a abstração da individualidade é correlata ao reino da propriedade privada. “Na mesma medida em que eu valho [gelte] como proprietário privado, eu não sou válido como indivíduo – uma frase provada diariamente por todos aqueles que vivem em função do dinheiro [Geldheiraten]” Marx e Engels apud Reichelt, op. cit., p. 81. (Cabe dizer que o trecho citado foi suprimido por Marx e Engels nos manuscritos da Ideologia Alemã.) Neste mundo em que as relações sociais estão quase plenamente autonomizadas perante os indivíduos que as criaram, e no qual, portanto, os indivíduos não valem por si, mas pela relação social que *realizam* (pela categoria que personificam), o método de Hegel mostra sua adequação – desde, é claro, que se reconheça seus limites: “O idealismo de Hegel, que afirma que as pessoas obedecem a um poderoso [machthabenden] conceito, é essencialmente adequado a este mundo invertido (...) *Ele é a sociedade burguesa – como ontologia*. A diluição do não-idêntico em categorias puras tem seu substrato real na inversão *de facto* [faktisch], na qual a *individualidade vivente é absorvida pelo seu próprio personagem* [Charaktermaske].” (Reichel, 1971: 80) Se é assim, então o método dialético possui apenas validade histórica: “*Ele tem validade apenas ali onde um universal [Allgemeines] se impõe às custas do individual. Como dialética idealista, ele é o redobramento [Verdopplung] filosófico da inversão real [real]; como dialética materialista, é um método com validade revogável, que desaparecerá com as condições de sua existência*. (...) Sobre o método, destacado de seu conteúdo, nada pode ser dito. (...) *Apenas a Economia Política é afinal objeto da exposição dialética; ela mesma pede essa forma*” (Idem: 81). A dialética materialista não pode, portanto, assumir a pretensão ontológica da dialética especulativa.

surgimento histórico do modo de produção capitalista “constitui [bildet] um momento de seu processo, de seu desenvolvimento” (Marx, 1983: 203).

Não por outra razão, ela reconhece as dificuldades que a passagem do dinheiro ao capital impõe ao desenvolvimento conceitual, e admite que a entrada do trabalhador livre no palco da história não pode ser simplesmente derivada das determinações da circulação simples de mercadorias<sup>46</sup>: pelo contrário, a relação entre o trabalho assalariado duplamente livre e o capitalista constitui “uma relação social histórico-específica, que *deve ser pressuposta* em seu surgimento [Gewordenheit] histórico” (Müller, op. cit.), já que essa relação “mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções [Umwälzungen] econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social” (K, I, 183; C, I, 1, 287).

Que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho no mercado, que o encontre [vorfindet] nos limites da circulação *como mercadoria*: este *pressuposto*, da qual nós aqui partimos, e da qual a sociedade burguesa parte em seu processo de produção, é obviamente o resultado de um longo desenvolvimento histórico, o *resumê* de muitos cataclismas [Umwälzungen], e pressupõe o declínio de outros modos de produção (relações sociais de produção) e determinados desenvolvimentos das forças produtivas do trabalho social. (...) *Este nível de desenvolvimento histórico da produção econômica – cujo produto mesmo é o trabalho livre – é porém o pressuposto para o vir-a-ser [Werden] e ainda mais para a existência [Dasein] do capital enquanto tal. Sua existência é o resultado de um demorado processo histórico nas configurações econômicas da sociedade.* (Marx apud Reichelt, op. cit.: 132)

Portanto, o reconhecimento do caráter limitado do método dialético, sem o qual é impossível compreender que o estabelecimento do valor como forma social geral do produto da atividade humana tem um pressuposto histórico, é a condição *sine qua non* da explicitação do *fundamento histórico da lei do valor*, essa lei despótica que *só opera ali onde se encontram*, “*de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho*” - uma relação que não é produzida pela “Natureza”, e não é, portanto, “comum a todos os

46 “Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza” (K, I, 181-2; C, I, 1, 285). Disso não se deve auferir contudo que a circulação simples considerada no início de *O Capital* seja a apresentação abstrata de uma fase histórica na qual se encontra uma espécie de produção generalizada, mas não capitalista, de mercadorias. Pelo contrário: o desenvolvimento conceitual a partir da circulação simples mostra justamente que relação de troca generalizada, e portanto a produção de valores, é apenas um aspecto, um momento da produção capitalista. Como escreve o próprio Marx, no *Urtext*: “Não se trata aqui (...) de uma passagem [Übergang] *histórica* da circulação ao capital. A circulação simples é muito mais uma *esfera abstrata do processo global da produção burguesa [des bürgerlichen Gesamtproduktionprocesses]*, que se revela através de suas próprias determinações como momento, mera forma de aparecimento de um processo que transcorre por trás dela, [e que] de mesmo modo resulta dela (...) – o capital industrial”. “O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. *Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma-mercadoria dos produtos do trabalho.*” (K, I, 184; C, I, 1, 288)

períodos históricos”(K, I, 183; C, I, 1, 287). Isso não obstante, é importante notar que, uma vez constituído historicamente o modo de produção capitalista, a reprodução da força de trabalho deve ser considerada como um resultado da própria reprodução do capital. Por isso, como afirma Marx num texto publicado pela nova edição crítica de sua obra, se:

os pressupostos (...) aparecem para o surgimento histórico do capital como pressupostos exteriores e dados, do mesmo modo, assim que o capital tenha se tornado capital enquanto tal, ele cria seus próprios pressupostos (...) através de seu próprio processo de produção. Esses pressupostos, que originalmente apareceram como condições de seu vir-a-ser – e por isso ainda não podiam nascer [entspringen] de sua ação **como capital** – aparecem agora como resultado de sua própria realização, de sua efetividade (...) – não como condições de seu surgimento, mas como resultado de seu ser-aí. Ele não parte [ausgeht] mais de pressupostos, (...) mas sim é ele mesmo pressuposto, parte de si, cria os pressupostos de sua conservação e de seu crescimento mesmos. (Marx apud Wolf, 2011a: 5)

E no entanto, a Crítica da Economia Política também é capaz de desvendar o caráter *unilateralmente formal* da subordinação de “todos os elementos da sociedade” ao movimento do valor em processo, i.e., o caráter *não-absoluto* da relação do valor consigo mesmo – do qual se aúfere que a autodeterminação do capital não pode ser *plena*, embora *pareça* sê-lo. Justamente por isso, ela deve ser capaz de reconhecer não apenas os pressupostos históricos, mas também os limites *insuperáveis* do modo de produção capitalista, e portanto também da exposição estritamente *conceitual* do valor, o que a levará a *recuperar a dignidade do elemento propriamente histórico na consideração teórica do capital*. Como afirma Fulda (1974: 210):

ela [a exposição dialética] não deve reduzir o elemento histórico [das Historische] a meros apontamentos. A conexão entre fenômeno e essência, que o método de desenvolvimento descobre, deve (...) tornar definíveis os pontos em que a exposição sistemática tem que ceder lugar à consideração histórica e nos quais deve ser corrigida a aparência de que se trataria somente de um desenvolvimento conceitual.

Assim, embora também em *O Capital* – como, aliás, em praticamente toda ciência social – o elemento histórico possa em certos casos servir à mera ilustração de uma relação já desenvolvida conceitualmente<sup>47</sup>, na principal obra de Marx esse elemento realizará ainda, sobre a exposição estritamente lógico-sistemática, dois outros tipos de intervenção. Em primeiro lugar, como já vimos, o elemento histórico pode aparecer como pressuposto da própria existência do objeto em consideração. Mas ele *deve*, além disso, intervir nos pontos além dos quais o desenvolvimento conceitual *stricto sensu* não pode ir (cf. Sgro', op. cit: 217), como, por exemplo, nas passagens em que Marx trata da determinação da taxa de exploração<sup>48</sup>. Com efeito, o desenvolvimento conceitual do capital pode fornecer apenas os “limites absolutos” da taxa de exploração, já que, para que uma

47 Ver, por exemplo, a quinta seção do capítulo 23 do livro I de *O Capital*.

48 Isso também vale para a determinação da taxa de juro. Grespan, em *O negativo do capital* (seções 29 e 30), mostra que algo semelhante ocorre na determinação dos ciclos da economia capitalista.

economia capitalista possa se reproduzir no tempo, é necessário, por um lado, que haja acumulação (limite inferior da taxa de exploração), e por outro, que a força de trabalho seja reproduzida (limite superior); contudo, a determinação da taxa média de mais-valor, *da qual depende o próprio desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista*, depende da evolução da produtividade do trabalho (a qual, por sua vez, está sujeita a condições não inteiramente subordinadas ao movimento do capital) e, principalmente, das capacidades de organização e de luta dos lados envolvidos na divisão do produto do trabalho social. Sobre isso, porém, o capital enquanto conceito nada tem a dizer: deste ponto, o desenvolvimento conceitual não pode passar.

Ora, se é assim, então a apresentação crítica das relações constitutivas do modo de produção capitalista não deve se confundir com a história mesma deste último. De fato, a dialética não se apresenta, em *O Capital*, como a *forma de desenvolvimento da história presidido pelo desenvolvimento das determinações de um conceito*; muito pelo contrário: “como 'método de processamento [Bearbeiten]' da Economia burguesa, (...) a dialética distingue-se” não apenas “da exposição de seu objeto” (exposição que, como vimos, não pode ser *exclusivamente* dialética), mas também de “sua consideração histórica” (Fulda, op. cit.: 210). E isso é da maior importância; pois somente sob tais condições pode a Crítica da Economia Política apresentar seu objeto como aquilo que ele é: um sistema – mas um sistema inevitavelmente aberto. Somente assim, portanto, pode ela conceber uma supressão da dualidade da lei do valor e da existência histórica do capital que não coincida com a *identificação* (ainda que mediada) desses dois termos, identificação que fatalmente nos levaria a conceber a história real do capital como uma espécie de processo no qual, progressiva e *necessariamente*, realiza-se seu conceito.

**ABSTRACT:** Conceiving value unilaterally in a positive way, Political Economy is unable to present its object a consistent way. This article intends to show that, due to the necessary appearance of capital as something natural, and to the falsity of this appearance, the system of Political Economy can only be presented in a rational matter, if that is done critically. That means that its conceptual presentation must be also a presentation of its presuppositions, therefore also of its negativity. As we intend to show, this can only be achieved through a dialectical exposition of capital – exposition which, as a result of the limits of the discussed object, should itself be able to recognize its own limits.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. *Dialética Negativa*.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BACKHAUS, H. Der widersprüchliche und monströse Kern der nationalökonomischen Begriffsbildung. In: *Emanzipation als Versöhnung. Zu Adornos Kritik der 'Warentausch'-Gesellschaft und Perspektiven der Transformation*. Alemanha: Neue Kritik, 2002, pp. 111-141.

\_\_\_\_\_. *Zur dialektik der Wertform*. Disponível em: [http://www.ca-ira.net/verlag/leseproben/backhaus-dialektik.wertform\\_lp.html](http://www.ca-ira.net/verlag/leseproben/backhaus-dialektik.wertform_lp.html) (06/07/2011).



- BÖHM-BAWERK, E. *Teoria positiva do capital. Livro I*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- FULDA, H. These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im "Kapital" von Marx), In: *Hegel-Jahrbuch*, Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.
- GRESPLAN, J. *O Negativo do Capital*, São Paulo: Hucitec, 1998.
- HEINRICH, M. *Die Wissenschaft von Wert: die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition* (2., überarb. und erw. Aufl. - Münster: Westfälisches Dampfboot, 1999.
- HORKHEIMER, M. *Traditionelle und kritische Theorie*. Em: <http://lesekreis.blogspot.de/images/MaxHorkheimerTraditionelleundkritischeTheorie.pdf> (01/01/2013)
- KANT, E. *Kritik der reinen Vernunft*, § 79. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/6342> (05/05/2013)
- LUKÁCS, G. Geschichte und Klassenbewusstsein – Studien über Marxistische Dialektik. Em: <http://ia600805.us.archive.org/25/items/GeorgLukacs-GeschichteUndKlassenbewusstsein/GeorgLukacs-GeschichteUndKlassenbewusstsein.pdf> (01/01/2013)
- MARX, K. Das Elend der Philosophie: Antwort auf Proudhons 'Philosophie des Elends'. Marx-Engels Werke, 1972.
- MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. MEW (Marx und Engels Werke) vol. 42. Berlin: Dietz Verlag, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Das Kapital I, II, III*. MEW 23, 24 e 25. Berlin: Dietz Verlag, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Das Kapital, primeira edição*. Disponível em: [http://dumauvaiscote.pagesperso-orange.fr/Das%20Kapital\\_Kap1\\_1867.htm](http://dumauvaiscote.pagesperso-orange.fr/Das%20Kapital_Kap1_1867.htm) (05/05/2013).
- \_\_\_\_\_. *Theorien über den Mehrwert II*. MEW, vol. 26.2, Berlin: Dietz Verlag, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Theorien über den Mehrwert II*. MEW, vol. 26.2, Berlin: Dietz Verlag, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política* (Livro Primeiro, Vol. 1 e 2). São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).
- \_\_\_\_\_. *Urtext*. Disponível em: <http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1858/urtext/index.htm> (01/06/2013a)
- \_\_\_\_\_. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, MEW, vol. 13, Berlin: Dietz Verlag, 1971.
- MÜLLER, M. Exposição e Método Dialético em "O Capital". *Boletim SEAF*, n.º 2, Belo Horizonte, 1982, pp. 17-41.
- \_\_\_\_\_. *O Capital* (Livro Terceiro, Vol. I e II). São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).
- REICHEL, H. *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*, EVA, Frankfurt, 1971.
- RUBIN, I. *Essays on Marx's theory of value*, Delhi: Aakar Books, 2008
- SGRO, G. "Die dialektisch-materialistische Methode der Marxschen Kritik der politischen Ökonomie. Stichworte zu einer unendlichen Geschichte". In: Müller, S. *Probleme der Dialektik heute*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009, págs. 211-27.
- TAYLOR, C. *Hegel*, Cambridge: University Press, 1977.
- WOLF, D. *Zur Methode des Aufsteigens vom Abstrakten zum Konkreten*, p. 3. Disponível em: [http://www.dieterwolf.net/pdf/Methode\\_Aufsteigen\\_Abstrakte\\_Konkrete.pdf](http://www.dieterwolf.net/pdf/Methode_Aufsteigen_Abstrakte_Konkrete.pdf) (06/07/2011).
- \_\_\_\_\_. *Abstraktionen in der ökonomisch-gesellschaftlichen Wirklichkeit und in der diese Wirklichkeit darstellenden Kritik der politischen Ökonomie*, Disponível em: <http://www.dieterwolf.net/pdf/Abstraktion.pdf> (06/07/2011a).
- \_\_\_\_\_. *Semantik, Struktur und Handlung im „Kapital“*. Em: <http://www.dieterwolf.net/> (01/01/2013)